

SOB À MIRA DOS PAPÉIS: CARTOGRAFANDO SIGNIFICADOS NO QUILOMBO CRUZ DA
MENINA, DONA INÊS – PB

Amanda Christinne Nascimento Marques¹
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: amandamarques.geografia@gmail.com

Resumo

Cruz da Menina é o nome dado a comunidade quilombola territorializada no município de Dona Inês, estado da Paraíba – Brasil, que está situado na região geográfica do Curimataú, cuja economia é movimentada pelas atividades agrícolas, mineração e funcionalismo público. A comunidade tem 82 famílias que vivem à espera de sua regularização fundiária e teve seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 2008. O referido artigo tem o propósito de discutir por meio de experiência de uma oficina desenvolvida no Comitê de Povos e Populações Tradicionais pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/Território do Piemonte da Borborema, sobre território e cartografia social, as representações sociais e as relações de poder no referido território quilombola. Partimos de uma abordagem qualitativa, considerando as expressões de linguagem escrita, desenhos de mapas pela comunidade e linguagem falada, sobretudo no que se refere à interpretação dos mapas produzidos pela comunidade em que propusemos a identificação dos antigos e atuais locais de realização das atividades produtivas, tais como: caça, coleta e atividades agropecuárias. Utilizamos como aporte teórico as leituras de Hall (2006), quando faz alusão aos estudos culturais e leituras pós-coloniais, Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) quando analisam o território sob a perspectiva geográfica. Também fizemos uso de Halbwachs (1990) quando relaciona memória e espaço. Estes dois últimos conceitos foram fundamentais para a elucidação dos mapas sociais. Destacamos que o uso metodológico da produção de mapas sociais se coloca como ferramenta de elucidação das dinâmicas territoriais. No caso das comunidades quilombolas, especificamente de Cruz da Menina, esse instrumento tem atuado como procedimento eficaz na identificação de terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades.

Palavras-Chave: Quilombolas; Território; Memória; Cartografia Social; Identidade Territorial.

¹ Geógrafa, profª. Drª. da Universidade Federal da Paraíba, Campus III. E-mail: amandamarques.geografia@gmail.com

Introdução

Cruz da Menina é o nome dado a comunidade quilombola territorializada no município de Dona Inês – PB, que está situado na região geográfica do Curimataú, cuja economia é movimentada pelas atividades agrícolas, mineração e funcionalismo público.

Tendo uma população de 10.517² habitantes, o município recebe no dia 1º de novembro, grande quantidade de romeiros que se deslocam de suas residências para deixarem seus votos de agradecimentos pelas graças alcançadas ou fazerem suas promessas.

O local de devoção situa-se na comunidade Cruz da Menina, que tem esse topônimo em decorrência da morte de uma criança chamada Dulce, a qual faleceu na localidade em decorrência de sede e fome. Segundo relatos, no local em que a menina foi encontrada morta, foi construída uma capela para homenageá-la.

A comunidade tem 82 famílias que vivem à espera de sua regularização fundiária. Cruz da Menina teve seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 2008. Considerando esses pressupostos, objetivamos neste artigo, discutir, por meio de experiência de uma oficina sobre território e cartografia social, as representações sociais e as relações de poder no território quilombola citado.

Partimos de uma abordagem qualitativa, considerando as expressões de linguagem escrita, desenhos de mapas pela comunidade e linguagem falada, sobretudo no que se refere à interpretação dos mapas produzidos pela comunidade.

Como aporte teórico-metodológico deste artigo, nos utilizamos das leituras de Stuart Hall (2006), quando faz alusão aos estudos culturais, leituras pós-coloniais, e afirma que os vínculos identitários se dão entre culturas e por meio de movimentos contraditórios. Em geógrafos como Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) quando analisam o território sob a perspectiva geográfica.

Nos aportamos de Santos (2006), ao fazer a crítica sobre a razão indolente, considerando que a ciência necessita se aproximar das práticas sociais na busca por uma conexão entre os saberes. Também fizemos uso de Halbwachs (1990) quando relaciona

² Conforme dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

memória e espaço. Estes dois últimos conceitos serão fundamentais para a elucidação dos mapas sociais que apresentaremos a seguir.

A cartografia social tem sido utilizada como instrumento metodológico de interpretação das dinâmicas dos territórios tradicionais. No Brasil, seu uso é difundido em diferentes campos do saber, a exemplo da Geografia e Antropologia.

Na ciência geográfica, por exemplo, o uso da cartografia como base para planejamento de territórios vem sendo utilizada desde a denominada Geografia Tradicional. Yves Lacoste (1997), se destaca nas análises das formas de uso dessa cartografia tradicional, utilizada para promoção de um poder dominante dos militares e de expansão de grandes impérios.

Em estudos recentes Seemann (2001; 2003) por exemplo, se utiliza de uma abordagem cultural para desenvolver essa metodologia, tendo em vista que para ele, o mapa é um dos recursos mais poderosos de representação do espaço.

Os usos da cartografia social toma amplitude na Antropologia, por meio dos trabalhos de Alfredo Wagner B. Almeida (2010; 2011) ao desenvolver o projeto intitulado: “Novas Cartografia Sociais” na região norte do país. O referido autor, mapeou vários territórios tradicionais, incluindo ribeirinhos, faxinalenses, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ciganos e povos indígenas. Esses trabalhos foram publicados em várias coletâneas temáticas e estão disponibilizadas na rede mundial de computadores³.

Cartografando o Território: Experiência de uma Oficina

No dia 18 de agosto de 2016, em virtude da criação do Comitê de Povos e Populações Tradicionais pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/Território do Piemonte da Borborema⁴, foi realizada uma oficina, intitulada: Cartografando Territórios de Vivência. A mesma teve como facilitadoras as pesquisadoras Salomé Fredrich⁵ e Viviane Sousa⁶.

³ Cf. www.novacartografiasocial.com

⁴ Agradecemos a Rute Vieira – Assessora de Gestão Social, Tarciso Botelho – Assessor de Inclusão Produtiva e Maria de Lourdes Saturnino – Colaboradora NEDET, que estiveram na execução e planejamento das atividades do comitê de Povos e Populações Tradicionais do Território do Piemonte da Borborema.

⁵ Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

⁶ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

A oficina objetivou apresentar os procedimentos administrativos concernentes ao processo demarcatório das terras quilombolas, conforme Decreto Federal 4887/03 e a Instrução Normativa nº 57 do INCRA (IN 57), bem como, construir coletivamente mapas sociais, com vistas a compreender os possíveis entraves no que diz respeito a demarcação territorial e os espaços de uso coletivo da comunidade.

Tomaremos como preocupação neste artigo a segunda fase da oficina, dedicada a produção dos mapas e relatos sobre o território do quilombo. Nessa etapa, propusemos a identificação dos antigos e atuais locais de realização das atividades produtivas, tais como: caça, coleta e atividades agropecuárias. Tais identificações foram reproduzidas abstratamente por meio da produção de mapas.

Dividimos os participantes em grupos, sendo que cada um deles recebeu duas folhas de papel madeira e lápis de colorir, conforme observação da Ilustração 1 a seguir. As imagens que tínhamos quando passávamos pelos grupos, é que cada cor, cada objeto impresso em folha e cada caminho tracejado, representavam gatilhos de lembranças da infância, das histórias contadas e das práticas de uso realizadas no lugar.



Ilustração 1. Cartografia Social na Comunidade Quilombola Cruz da Menina, agosto de 2016. Fonte: Acervo NEDET/Território Piemonte da Borborema.

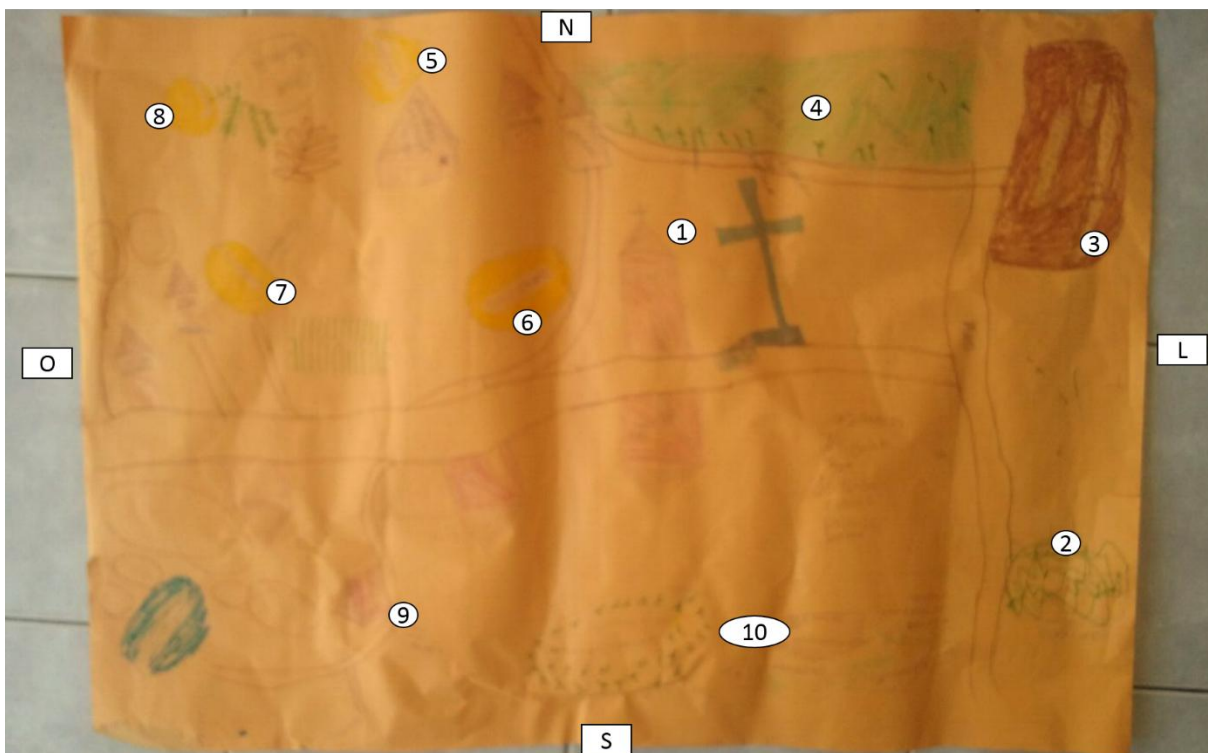
Criamos um cosmo de lembranças, de momentos de silêncio (produção de sentimentos) e diálogos coletivos (re-produção das experiências e vivências nos lugares).

Para Joliveau (2008, p. 46), o mapa tem se tornado instrumento metodológico mais utilizado nas abordagens territoriais participativas, pois “é a realização no papel e na tela desta outra realidade abstrata que é este território comum, que se constrói na negociação. Este mapa não é, portanto, jamais fechado; é um processo, um mapa *in progress*”.

Pudemos identificar nos mapas produzidos, diferentes nuances do território de Cruz da Menina, sobretudo nos planos individuais e que se transferem para o coletivo. Perfazendo o que Halbwachs (1990) chama de memória coletiva, do ponto de vista geográfico ela se articula no campo empírico estudado, por meio da inter relação do individual e o coletivo.

Já o território, esta materializado nos mapas sociais, por intermédio da relação indissociável entre sociedade e natureza. Desse modo, os mapas produzidos na oficina, se colocam como instrumento metodológico de ativação ou estímulo da memória. Durante a produção referida, percebemos que os quilombolas fizeram um reencontro com o passado, tendo em vista que cada traço executado na folha de papel madeira, promoveu um encontro mental de gerações, pertença ao lugar e história de tradicionalidade étnica.

O primeiro mapa social 1, produzido por Bianca, Maria Batista, Tereza, Netinha, Ivani, Daiane e Lucineia, coloca como centralidade na discussão os marcos históricos da comunidade, considerando lugares de uso e ponto chave de criação do topônimo Cruz da Menina.



Mapa Social 1 – Comunidade Quilombola de Cruz da Menina, agosto de 2016. Fonte: Acervo NEDET/Território Piemonte da Borborema.

Para o grupo, dois lugares são considerados como pontos de nascimento da comunidade quilombola, a capela de Cruz da Menina, ponto 1 no mapa social 1, que ocupa lugar de centralidade na produção; e o ponto 2 no mapa social 1, localidade do Seixos, lugar de surgimento dos primeiros núcleos familiares.

Segundo relatos do grupo, por volta de 1850, uma família de viajantes chega até a localidade em busca de abrigo. Constituída por uma família de pai, mãe e filha eles seguiram em caminhada para a fazenda de Joaquim Cabral de Melo e solicitaram comida e água. Ao terem seu pedido negado, percorreram o território em busca de guarida.

Ao pararem em uma certa localidade, a filha do casal não aguentou o tempo de privação e chegou a óbito. Para os moradores locais, esse lugar ficou conhecido como espaço de milagre, tendo em vista que após o falecimento da criança, surgiu um olho d'água.

Aqui tem a capela que é o momento X, foi lá que tudo começou, que deu o nome a nossa comunidade e que ficou conhecida. Cruz da Menina se deu

porque a muito tempo atrás, em 1850 vinha um caminhão de viajantes e uma senhora, o pai da criança e uma criancinha de aproximadamente 5 anos né. Chegou na fazenda de Joaquim Cabral de Melo e pediu água e comida, e eles negaram. E como eles vinha de muito longe não tinha casa, a única casa que encontraram era a da fazenda. E pediram água e comida e negaram, então subindo descendo chegaram até aqui nessa capela, aqui onde é a capela hoje. E nesse espaço apareceu uma pequena vertente de água. E nessa vertente de água como conta os mais velhos, ela ainda conseguiu tomar um pouco de água. Só que como ela estava com muita fome e sede, ela ali faleceu. Porque ela tava muito cansadinha né. Então a partir daí foi erguida essa capela e deu-se o nome Cruz da Menina. Antes da chegada da menina não existia água, depois que a menina chegou a apareceu água. Foi achada essa água com a vinda da menina. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Para os moradores, a menina operou um milagre pelo fato de ter surgido água em um ambiente em que a seca era um fenômeno cotidiano. Desse modo, a localidade passa a ser visitada por muito romeiros, sendo erguida uma capela e uma cruz como forma de agradecimento pelas graças alcançadas, (Ver Ilustração 2).



Ilustração 2. Capela erguida na Comunidade Quilombola Cruz da Menina, agosto de 2016. Fonte: Acervo NEDET/Território Piemonte da Borborema.

O Segundo ponto (número 2 do mapa social 1) relatado como primeiro núcleo familiar, foi a localidade Seixos, situada na porção sudeste da comunidade, divisa com o município de Riachão. Nesta localidade o núcleo se formou com a presença das famílias conhecidas como os Miguel e os Henriques:

Seixos faz parte da comunidade só que já faz parte de outro município, mas como se diz, os Seixos é o ponto onde começou o quilombo, aí daí foi subindo, subindo até chegar aqui agora. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Ao fazer uma discussão semelhante de uso dos espaços coletivos nas comunidades quilombolas do Litoral Sul paraibano, Marques (2015) afirma que a ocupação tradicional no território tanto indígena quanto quilombola não está circunscrita única e exclusivamente nas ocupações permanentes e históricas do território, tendo em vista que estes lugares comportam elementos materiais, mas também imateriais, e que fazem parte da memória social do grupo que embora tenha passado por um processo de desterritorialização, guardam em suas lembranças, e até práticas de permanência no território, suas materialidades.

É o caso da Comunidade de Cruz da Menina, tendo em vista que embora esse grupo não tenha a propriedade de parte de espaços tradicionalmente ocupados pela comunidade, eles continuaram sendo utilizados por meio de práticas agrícolas, lazer, caça, religiosidade, como veremos mais à frente.

Conforme depoimento a seguir, as terras de Mocinha Maia, identificada como lugar de realização da produção agrícola e criação de animais (ponto 3 do mapa social 1) também foi espaço de reprodução de trabalho compulsório.

De acordo com os relatos, tais atividades eram realizadas sob a condição da “meia”, ou seja, da divisão de 50% da produção com o dono da terra. Fato semelhante já denunciado por Manoel C. de Andrade (1998), ao analisar o pagamento do foro como trabalho condicionado a permanência na terra dos trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro.

Atividades de caça eram realizadas no entorno dessas terras, tendo em vista ser um ambiente de composição de matas e de uso coletivo da comunidade:

Aqui é as terras conhecidas como as terras de mocinha Maia, lá nós trabalhava de algodão, milho, agave. A gente trabalhava de meia, tinha que dividir com o dono. Depois dos Seixos tanto do lado como do outro era só mata, a gente caçava rolinha, preá. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Ainda no ponto 3 do mapa social 1, encontra-se o “riacho da mijona”, local em que existia uma mata e era utilizado para banho:

Aqui abaixo tem o riacho da mijona, porque antigamente tinha uma mata e o riacho passava por ele, vinha descendo agua numa canaletinha e a gente tomava banho nele. E sempre minava água ai ficou riacho mijona (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

O ponto 4 do mapa social 1, porção norte, também indica ponto de realização de atividades produtivas, sendo identificado as terras de Josué Lucas. Nela os moradores tiveram vários momentos de perda da produção, sobretudo pela soltura de animais do proprietário na lavoura. Para os moradores, esse era um ambiente de melhor produção pela proximidade com o riacho da Mijona, conforme relato a seguir:

Aqui atrás tem o riacho da mijona, a gente plantava, aqui são terras de Josué Lucas, tínhamos várias plantação, criação de animais que nós tinha lá nos terreno. Porque a gente plantava aqui? Porque como minava água, então era propicia a plantação. Muitas vezes a gente colhia, mas muitas vezes a gente nem chegava a colher porque os fazendeiro colocava o gado dentro e acabava com tudo, então a gente já vivenciou esse momento do gado, mas os mais velhos não, eles plantavam. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

As terras de Joaquim Cabral, ponto 10 do mapa social 1, também são identificadas como sendo de ocupação histórica da comunidade. Estas se situam na porção sul do território, e é na atualidade, local em que as famílias são cerceadas de transitar:

Aqui tinha uns tanques de pedra, um lugar bem alto agora de Joaquim Cabral. Aqui é o curral velho. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Na comunidade existe um lugar coletivo de extração de barro para produção de panelas e artesanato (ponto número 9 no mapa social).

A utilização do barro, denota solidariedades costumeiras as quais são símbolos da hereditariedade da ocupação e permanência no território, “passada de pai para filho”.

Aqui tem um local em que a gente colhe o barro pra fazer argila, aqui tem outras casa né! Tem mais umas quatro casas. Desde criança que a gente aprendeu a trabalhar com barro, aprendeu com a mãe. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

A utilização de “barreiros”, que são contenções naturais formadas pelas próprias rochas, era usual entre o grupo. Essas formações naturais que juntava água da chuva, eram utilizadas para lavagem de roupa, produção agropecuária e na alimentação. Vários são os “barreiros” identificados no mapa social 1 com os números 5, 6, 7, 8. Todos foram destruídos pelo então proprietário Josué Lucas que passou a proibir a entrada da comunidade nas localidades.

Aí tinha a casa de farinha, a casa de Josué Lucas, os barreiros que a gente ia pegar água. Atrás de Josué Lucas tinha um barreiro enorme, foi destruído por causa de política. Ali a gente lavava roupa, pega água, bebia água [...] Descendo aí tem a fazenda de Josué que é esse terreno aqui atrás. Aqui tem a fazenda, a casa de farinha, três barreiro. A gente ia pegar agua nos Barreiros mas os barreiro foram tudo destruído. (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Cabe destacar que conforme as falas vão sendo proferidas podemos identificar que, o traço de identidade territorial das famílias de Cruz da Menina, é moldado pela relação com a terra de trabalho e de herança. Eles mantêm uma memória espacial emoldurada por relações de internas do grupo, ao tempo em que a presença da condição de trabalho demonstra o esbulho histórico de terras sofrido por eles.

Por intermédio dos debates realizados por Little (2002) podemos afirmar que a manutenção dos territórios étnicos, a exemplo de Cruz da Menina, se dá por meio de um “regime de propriedade”, ou seja, seu controle de faz entre o grupo coletivamente. Tais

controles são definidos por moralidades provenientes de relações de parentesco, pertença ao lugar, solidariedades e reciprocidades.

O “regime de propriedade” desse modo, pode ser cartografado socialmente, tendo em vista que tais imagens espaciais ativam o gatilho da memória coletiva. Para Halbwachs (1990, p. 159-160):

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga número e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recortar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável.

Como testemunhos de uma presença histórica, os lugares percorrem meandros de vivências e sentimento de pertença com o território. Nele damos nomes, relatamos um acontecimento, revivemos uma situação, demarcamos o que há de mais afetivo. As indicações nos levam para uma viagem mental em que tempo-espaço tornam-se uníssonos e se tele transportam. Alguns chegam a se emocionar, porque reviver, traz lembranças de muito significado.

Entretanto, tais lembranças também vem carregadas de pedaços do espaço que se perdeu materialmente. É como se “o quadro-negro” descrito por Habwachs (1990) tivesse sido apagado por meio da força e aquela materialidade permanecesse no imaginário como imaterialidade de um espaço que foi seu concretamente, mas que não se apaga porque o território étnico comporta sentidos e “regimes de propriedade”.

Tais territórios perdidos por meio da força de outrem, são objeto de preocupação no mapa social 2 a seguir produzido por Sandra, Maria, Josilane, Bia, Rafaela, Idaiane e Michele. Nele, a representação da cerca toma espaço e centralidade em todo o mapa. Para os quilombolas, a cerca representa não apenas arames alinhavados em estacas, mas

também, espaços cujos “regimes de propriedade” foram cerceados de direitos históricos de permanência ininterrupta no território.



Mapa Social 2 – Comunidade Quilombola de Cruz da Menina, agosto de 2016. Fonte: Acervo NEDET/Território Piemonte da Borborema.

Cruz da Menina é um território entrecortado de propriedades privadas de famílias que ocuparam esse espaço se utilizando da mão de obra quilombola como objeto de mais valia. As famílias mais citadas são as de Joaquim Cabral e Josué Lucas. Para eles, a cerca foi desenhada no meio do mapa:

foi feita aqui porque ela corta a comunidade toda. Ninguém pode passar pro lado de lá. Ela é fechada com cadeado e corrente. Antes tinha uma porteira que era aberta, mas agora ele fechou [...] Meu pai trabalhava nessas terra, ele trabalhava muito e ganhava pouco [...] Essas outra é as terras de Joaquim Cabral, a gente só vive aqui nesse espaço aqui, os outro lado o povo pegou terra, comprou terra e a gente só tem esse pedacinho aqui. Em todas essas área a gente trabalhava (Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016).

Os dois proprietários após conflitos políticos com a comunidade fecharam as passagens que as famílias tinham como espaços de uso, a exemplo dos “barreiros”, utilizados historicamente.

Na atualidade, a comunidade atravessa conflitos territoriais, sobretudo porque as áreas que evidenciamos a partir dos mapas sociais produzidos estão sendo gradativamente esbulhadas. Os quilombolas se colocam diante de um campo de forças no moldes estudados por Raffestin (1993), quando analisa o território como *lócus* de relações de poder. As dificuldades não se resumem aos latifundiários e pequenos proprietários que circundam e ocupam as terras de uso tradicional quilombola e desestabilizam seus “regimes de propriedade”, mas também se agrava em virtude da falta de celeridade no trâmite demarcatório.

Ao discutir a flexibilidade de identidade, Hall (2006) afirma que as identidades culturais não são fixas, mas sim em constante transição. Os vínculos identitários se dão com uma ou mais culturas, sendo negociados seus costumes e tradições. Para o autor, existe um movimento contraditório entre tradição e tradução.

A tradição diz respeito aos vínculos identitários com lugares, territórios e valores culturais de um grupo. Já a tradução é a relação existente de diferentes tradições que são incorporadas e interconectadas pelos grupos, sendo: “o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias *casas*” (HALL, 2006, p. 88-89).

A coexistência de práticas de uso são cotidianas, entretanto a força coercitiva dos fazendeiros gera uma hierarquização violenta sobretudo simbólica. As cercas que apreendemos no segundo mapa social demonstra que a violência sofrida pelos quilombolas opera de maneira multidimensional. Parte das famílias se sentem com receio de reivindicar suas terras tradicionais temendo possíveis retaliações dos proprietários.

Considerações Finais

Considerando os autores trabalhados e as análises dos mapas sociais, destacamos que o uso metodológico da produção de mapas sociais se coloca como ferramenta de elucidação das dinâmicas territoriais. No caso das comunidades quilombolas,

especificamente de Cruz da Menina, esse instrumento tem atuado como procedimento eficaz na identificação de terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades.

As localidades de uso tradicional dos quilombolas de Cruz da Menina apresentados na oficina desenvolvida foram: Seixos, capela Cruz da Menina, Terras de Mocinha Maia, Riacho da Mijona, Terras de Josué Lucas, Terras de Joaquim Cabral, assim como “barreiros” e extração de barro em diferentes pontos do território.

O mapa social propicia uma articulação entre o espaço e a memória como elementos de indissociabilidade, tendo em vista que por meio deles, podemos identificar os caminhos materiais/imateriais das identidades territoriais.

O espaço produz sentidos e cada traço executado, representa no pensamento, o gatilho acionado da memória. O texto (Mapa – Identidade territorial) se amalgama com o contexto (experiência individual e coletiva).

Desenhar nesse sentido, representa viajar no tempo-espaço de lembranças e marcas de momentos de vivência no território. Ao trocar experiências em pontos específicos no território, àquela informação imprime uma marca individual, mas também coletiva de troca de informações e vivências.

Sob à mira de papéis em branco, os traços e as cores, adotam significado territorial, tendo em vista que a memória acionada traz à tona vínculos identitários com lugares de uso coletivo e de representação cultural para os quilombolas.

Referencias

ALMEIDA, A. W. B. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos** – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. **Quilombolas e novas etnias** – Manaus: UEA Edições, 2011.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

HAESBAERT, R. **O Mito da Dessertorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In ACSELRAD, H. (Org.) Cartografias Sociais e Território. IPPUR / UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1997.

LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. **Série Antropologia**. 322. Brasília, 2002.

MARQUES, A. C. N. Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do litoral sul paraibano. (Tese de Doutorado em Geografia). Aracaju: UFS, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a Geografia Cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTIS, Alecsandro J. P. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 261-284.

SEEMANN, Jörn. Escalas, projeções e símbolos como ferramentas de análise da política educacional: ensaios cartográficos sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 35-46, 2001.